

**AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.
DESENBAHIA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A. - DESENBAHIA

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração das origens e aplicações de recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Avenida Tancredo Neves, 1.632
Salas 415, 416 e 417 - Torre Sul
Salvador - BA - Brasil
41802-000

Tel.: +55 (71) 3113-1999
Fax.: +55 (71) 3341-6939
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - Desenhahia

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Desenhahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. ("Agência"), em 31 de dezembro de 2006 e 2005, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2006, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos em conformidade com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Agência; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Agência, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenhahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., em 31 de dezembro de 2006 e 2005, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2006, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 23 de fevereiro de 2007

Gilberto Galinkin
Sócio-contador
CRC 1MG 035718/O-8 "S" BA
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" BA

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., cujo controle acionário pertence ao Estado da Bahia, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

A rentabilidade de suas operações é proveniente, em sua maior parte, da aplicação de taxas de remuneração adequadas, sobre repasses de recursos obtidos principalmente junto a instituições do Governo Federal, quer se destinem ao setor público ou privado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e nº 10.303/01, com observância das instruções do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os lucros tributáveis.
- b. A classificação em circulante a longo prazo, do realizável e do exigível, obedece aos Artigos nº 179 e nº 180 da Lei nº 6.404/76.
- c. Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.
- d. As “Operações de Crédito” encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, considerando que, se vencidas a mais de 60 dias, as rendas somente são reconhecidas se efetivamente recebidas.
- e. A “Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa” foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução nº 2.682/99.

- f. O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da respectiva depreciação que é calculada pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais:

Imóveis de uso - edificações	4%
Sistema de transportes, processamento de dados e comunicação	20%
Demais itens	<u>10%</u>

- g. As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas, e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicáveis.
- h. As provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.
- i. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% e, quando aplicável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%, tendo por base de cálculo o lucro real, na forma dos dispositivos legais vigentes.
- j. As aplicações CREDSEC - PROES foram reclassificadas para a rubrica de "Títulos de Renda Fixa - Outros" para efeito de apresentação das demonstrações contábeis.

4. OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO (RESOLUÇÃO CMN Nº 2682/99)

a. Composição por atividade econômica:

	Prazo de vencimento (em dias)					
	2006			2005		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Setor privado:						
Comércio	914	579	1.493	1.440	1.050	2.490
Indústria	11.855	18.067	29.922	22.376	29.953	52.329
Serviços	8.878	39.225	48.103	12.479	30.701	43.180
Financiamentos rurais	40.226	156.300	196.526	36.164	161.506	197.670
Financiamentos agro-industriais	325	5.001	5.326	493	5.018	5.511
Empréstimo - Indústria	3.706	-	3.706	5.280	1.635	6.915
Empréstimo - Outros Serviços	495	564	1.059	697	142	839
	<u>66.399</u>	<u>219.736</u>	<u>286.135</u>	<u>78.929</u>	<u>230.005</u>	<u>308.934</u>
Setor público:						
Financiamentos governo municipal	<u>5.505</u>	<u>48.029</u>	<u>53.534</u>	<u>3.512</u>	<u>51.836</u>	<u>55.348</u>
Total	<u><u>71.904</u></u>	<u><u>267.765</u></u>	<u><u>339.669</u></u>	<u><u>82.441</u></u>	<u><u>281.841</u></u>	<u><u>364.282</u></u>

b. Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Operações Vincendas	Operações Vencidas (em dias)					Total	Participação %
		0 a 15	16 a 30	31 a 60	61 a 90	Acima de 90 dias		
AA	113.833	24	883	910	229	44.378	160.257	47
A	65.520	327	1.012	-	-	-	66.859	20
B	15.197	-	1.232	782	-	-	17.211	5
C	5.503	-	50	4.365	176	42	10.136	3
D	6.987	-	3.180	-	5.051	281	15.499	5
E	2.426	-	1	-	195	3.385	6.007	2
F	9.081	-	3.191	122	50	2.816	15.260	4
G	355	-	-	6	-	748	1.109	-
H	6.316	124	202	265	163	40.261	47.331	14
Total	<u><u>225.218</u></u>	<u><u>475</u></u>	<u><u>9.751</u></u>	<u><u>6.450</u></u>	<u><u>5.864</u></u>	<u><u>91.911</u></u>	<u><u>339.669</u></u>	<u><u>100</u></u>

c. Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por níveis de risco

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
Carteira própria			
AA	-	145.148	-
A	0,50%	56.280	281
B	1,00%	16.276	163
C	3,00%	9.884	297
D	10,0%	15.096	1.510
E	30,00%	5.486	1.646
F	50,00%	1.738	869
G	70,00%	133	93
H	100,00%	6.016	6.016
		<u>256.057</u>	<u>10.875</u>
Carteira adquirida do BANEBA/FNE e BANEBA/FINAME			
AA	-	15.110	-
A	0,50%	10.580	53
B	1,00%	936	9
C	3,00%	250	8
D	10,0%	402	40
E	30,00%	521	156
F	50,00%	13.522	6.761
G	70,00%	976	683
H	100,00%	41.315	41.315
		<u>83.612</u>	<u>49.025</u>
Outros créditos			
A	0,50%	34	-
		<u>339.703</u>	<u>59.900</u>

d. Provisão para Créditos

A provisão constituída na forma indicada na nota 4 “c” apresentou a seguinte movimentação no exercício:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		
Saldo inicial	55.631	57.515
Acréscimos no período	<u>5.358</u>	<u>11.734</u>
	<u>60.989</u>	<u>69.249</u>
Provisão para outros créditos - saldo inicial		
Saldo inicial		
Acréscimos no período	<u>20</u>	<u>12</u>
	<u>20</u>	<u>12</u>
Retorno para empréstimos operações ativadas	4.637	-
Provisões transferidas para o resultado	<u>(5.746)</u>	<u>(13.630)</u>
	<u>(1.109)</u>	<u>(13.630)</u>
Provisão para créditos - saldo final	<u>59.900</u>	<u>55.631</u>
Créditos lançados em prejuízo e recuperados	<u>6.307</u>	<u>8.205</u>

Operações de crédito renegociadas com amparo da Resolução Bacen nº 2.471/98.

A Desenbahia possui operações de crédito no valor de R\$59.478 mil (R\$59.478 mil em 2005) renegociadas, amparadas no Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA, previsto na Resolução Bacen nº 2.471/98, que passaram a ter vencimento final no prazo de 20 anos, sendo atualizadas pelo IGPM.

Tais operações têm a sua liquidação garantida, ao final do prazo mencionado anteriormente, em caráter irrevogável por Certificados do Tesouro Nacional - CTN, adquiridos pelos devedores junto ao Tesouro Nacional, também atualizados pelo IGPM e com prazos idênticos aos das dívidas renegociadas.

5. DESDOBRAMENTOS DE ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Títulos e Valores Mobiliários

	2006			2005		
	Circulante	R.L.P.	Total	Circulante	R.L.P.	Total
Quotas de Fundos Mútuos	135.023	-	135.023	96.950	-	96.950
Títulos Públicos Estaduais - LFTB	69.152	-	69.152	60.026	60.139	120.165
Provisão para Desvalorização de Títulos	-	(148)	(148)	(56)	(489)	(545)
Títulos CDB renda fixa	86.313	10.680	96.993	79.496	-	79.496
Títulos Públicos Federais - Tesouro Nacional						
Títulos FMIEE rendas variável	-	1.002	1.002	-	740	740
Títulos de CREDSEC	-	-	-	5.081	-	5.081
	<u>290.488</u>	<u>11.534</u>	<u>302.022</u>	<u>241.497</u>	<u>60.390</u>	<u>301.887</u>

Os títulos CREDSEC (ESTA 980.601) venceram em 1º de julho de 2006 e foram atualizados pela TJLP a juros de 5% ao ano. Os juros foram pagos semestralmente nos meses de janeiro e julho.

A amortização do título principal foi efetivada de acordo com o cronograma abaixo, considerando o saldo inicial em 1999.

2001	16%
2002	10%
2003	8%
2004	8%
2005	6%
2006	<u>2%</u>

b. Outros créditos - Diversos

	2006			2005		
	Circulante	R.L.P.	Total	Circulante	R.L.P.	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	32		32	223		223
Adiantamentos para pagamentos	74		74	15		15
Devedores por depósitos em garantia	254	2.112	2.366	253	2.076	2.329
Pagamentos a ressarcir	749		749	369		369
Devedores para compra de valores e bens	9	25	34	5	15	20
Rendas a receber	1.245		1.245	623		623
Devedores diversos - país	1.746		1.746	2.017		2.017
	<u>4.109</u>	<u>2.137</u>	<u>6.246</u>	<u>3.505</u>	<u>2.091</u>	<u>5.596</u>

c. Outros Valores e Bens

	2006			2005		
	Circulante	R.L.P.	Total	Circulante	R.L.P.	Total
Investimentos temporários	-	2.251	2.251	-	2.251	2.251
Bens não de uso próprio - BNDU	167	170	337	80	109	189
Material em estoque	92	-	92	86	-	86
Despesas antecipadas	140	-	140	113	-	113
Provisão para perdas em investimentos	-	(2.251)	(2.251)	-	(2.251)	(2.251)
Provisão para desvalorização BNDU	-	(169)	(169)	-	(101)	(101)
	<u>399</u>	<u>1</u>	<u>400</u>	<u>279</u>	<u>8</u>	<u>287</u>

d. Imobilizado

Em julho de 2005, a Desenbahia concluiu os trabalhos de identificação e avaliação das condições gerais dos bens integrantes de seu ativo imobilizado. Presentemente, está sendo realizada a conciliação da posição contábil com aquela decorrente da conclusão do inventário físico. Os eventuais ajustes serão realizados após o cumprimento das formalidades estatutárias.

e. Obrigações sociais e estatutárias

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Participações	500	1.915
Dividendos	<u>17</u>	<u>6.006</u>
TOTAL	<u><u>517</u></u>	<u><u>7.921</u></u>

f. Obrigações fiscais e previdenciárias

	<u>2006</u>			<u>2005</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>E.L.P</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>E.L.P</u>	<u>Total</u>
Provisão para IR diferido	-	1.794	1.794	-	1.849	1.849
Provisão para risco fiscais	6.964	32.875	39.839	-	2.215	2.215
Impostos e contribuições a recolher	<u>883</u>	<u> </u>	<u>883</u>	<u>873</u>	<u>-</u>	<u>873</u>
TOTAL	<u><u>7.847</u></u>	<u><u>34.669</u></u>	<u><u>42.516</u></u>	<u><u>873</u></u>	<u><u>4.064</u></u>	<u><u>4.937</u></u>

g. Obrigações diversas

	<u>2006</u>			<u>2005</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>E.L.P</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>E.L.P</u>	<u>Total</u>
Obrigações para aquisição de bens e direitos	1	-	1	1	-	1
Outros Passivos	-	1.552	1.552	-	1.532	1.532
Dotação para aumento de capital	-	8.600	8.600	-	3.344	3.344
Despesa de pessoal e administrativa	2.785	<u> </u>	2.785	2.595	-	2.595
Provisão para contingências trabalhistas	<u> </u>	5.179	5.179	<u> </u>	5.916	5.916
Cobrança e arrecadação de tributos	2	-	2	-	-	-
Cretores diversos	<u>1.280</u>	<u> </u>	<u>1.280</u>	<u>338</u>	<u> </u>	<u>338</u>
TOTAL	<u><u>4.068</u></u>	<u><u>15.331</u></u>	<u><u>19.399</u></u>	<u><u>2.934</u></u>	<u><u>10.792</u></u>	<u><u>13.726</u></u>

Por força da lei que extinguiu o Fundurbano, os recursos anteriormente destinados a esse Fundo foram transferidos para aumento de capital, conforme AGE de 17 de março de 2005, no total de R\$46.606 mil.

h. Obrigações por repasses

Representam recursos captados para empréstimos e financiamentos junto à Secretaria do Tesouro Nacional, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ao FINAME e a outras instituições no País registrados pelo valor principal, mais juros acrescidos entre 2,5% a 10,5% ao ano e com vencimentos mensais, repassados a clientes, mais variação da Taxa Referencial - TR ou da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou variação cambial ou IGPM.

As captações estão assim demonstradas:

	2006			2005		
	Circulante	E.L.P	Total	Circulante	E.L.P	Total
Tesouro Nacional	183	-	183	183	-	183
BNDES	27.960	127.442	155.402	38.934	160.826	199.760
FINAME	2.387	13.715	16.102	2.013	9.594	11.607
Outras Instituições	15.601	73.242	88.843	20.844	51.922	72.766
	<u>46.131</u>	<u>214.399</u>	<u>260.530</u>	<u>61.974</u>	<u>222.342</u>	<u>284.316</u>

i. Outras obrigações - fundos financeiros e de desenvolvimento

A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos a pessoas jurídicas e físicas, segundo critério estabelecido na lei de sua criação, não cabendo, porém, à Agência ônus algum, no caso de eventual inadimplência. Os recursos desses fundos em 31 de dezembro de 2006 montam em R\$226.423 mil, sendo R\$226.377 mil contabilizado em conta de compensação e R\$46 mil em "outras obrigações".

j. Outras receitas operacionais

	2006	2005
Recuperação de encargos e despesas	151	51
Reversão de provisões operacionais	1.428	6.934
Taxa de administração de fundos	7.342	8.214
Outras	<u>2.202</u>	<u>1.573</u>
TOTAL	<u>11.123</u>	<u>16.772</u>

Na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais" foi registrado o valor de R\$4.709, referente à reversão da Provisão Prudencial em virtude da liquidação de operação na forma determinada pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

k. Outras despesas operacionais

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Despesas reversão de depósito judicial	-	3.260
Despesas atualização monetária passivo, trabalhista e risco fiscal	1.503	1.095
Despesas de provisão e atualização do contrato da COAMPI	-	176
Despesas de descontos concedidos na renegociação	<u>965</u>	<u>543</u>
TOTAL	<u><u>2.468</u></u>	<u><u>5.074</u></u>

6. **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a. O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal, assim distribuída:

	<u>Milhares de ações</u>	
	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Ordinárias	19.743.587	19.743.587
Ações preferenciais com direito a voto	9.669.011	9.669.011
Ações preferenciais sem direito a voto	<u>26.986.766</u>	<u>26.986.766</u>
TOTAL	<u><u>56.399.364</u></u>	<u><u>56.399.364</u></u>

b. Reserva Legal

Conforme disposto estatutariamente, é constituída reserva legal de 5% sobre o lucro líquido, quando aplicável.

c. Reserva de reavaliação

O saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2006 está representado pela reavaliação dos imóveis de uso próprio, conforme laudos emitidos por empresa especializada datados de 31 de maio de 2004 e aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária em 29 de julho de 2004, que está sendo realizada a crédito de lucros acumulados, proporcionalmente à depreciação do acréscimo da mais valia desses imóveis.

Conforme Circular nº 2.192/92 do Banco Central do Brasil, a Agência contabilizou os impostos e contribuições incidentes sobre o saldo da reserva de reavaliação, na rubrica "Obrigações Fiscais e Previdenciárias".

d. Dividendos

O estatuto social confere o direito a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado com as regras nele definidas, conforme a seguir:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Lucro líquido do exercício	11.674	25.116
Menos:		
Reserva legal	(575)	(1.256)
Ajustes devedores	(29.248)	-
Mais:		
Reserva de reavaliação transferida para prejuízos acumulados (líquido dos tributos)	107	107
Base de cálculo de dividendos	<u>(18.042)</u>	<u>23.967</u>
Dividendo proposto	<u>-</u>	<u>5.992</u>
Reserva Estatutária	<u>-</u>	<u>16.776</u>

e. Reserva Estatutária

Conforme disposto estatutariamente, quando aplicável, será destinado do lucro líquido ajustado o percentual de 70% como reserva para futuro aumento de capital.

f. Juros Sobre Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2006, o valor provisionado como juros sobre o capital próprio foi revertido em virtude de apuração de prejuízo.

g. Ajustes de Exercícios Anteriores

A Agência provisionou no exercício de 2006 o montante de R\$29.583 mil decorrente de ajuste das perdas no recebimento de créditos e rendas a apropriar excluídas ou adicionadas nas bases de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro - CSL, referente ao período de janeiro de 2002 a dezembro de 2005, em conformidade com o Artigo nº 9 da Lei nº 9.430/96.

Resumo dos ajustes:

	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Ajuste fiscal IRPJ e CSLL	(29.583)	-
Estorno de receita	(98)	-
Devolução quitação contrato	604	-
Atual. Monet.provisão	(171)	-
Reversão Part. Lucros	-	62
	<u> </u>	<u> </u>
TOTAL	<u>(29.248)</u>	<u>62</u>

7. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As operações de crédito concedidas ao Governo do Estado da Bahia, principal acionista da Agência e aos órgãos e empresas a ele ligados, não apresentam saldos no exercício.

Abrir os empréstimos efetuados aos órgãos estatais do Estado da Bahia, e mencionar que as operações estão sendo realizadas ao valor de mercado.

8. CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS FISCAIS E OUTRAS

As contingências trabalhistas as quais montam a R\$5.179, (R\$5.916 em 2005), fiscais R\$32.875, (R\$2.215 em 2005) e de outras naturezas R\$1.552, (R\$1.532 em 2005) são provisionadas em valores estimados suficientes para fazer face à probabilidade de perda nos processos em andamento, classificadas nas respectivas rubricas no passivo circulante e exigível a longo prazo.

O saldo das contingências para riscos fiscais está composto no valor de R\$383 mil, referente à constituição de provisão para fazer face ao Auto de Infração nº 5263 da Receita Federal. A Agência ingressou processo judicial contestando a decisão.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Agência em 31 de dezembro 2006 se aproximam de seus correspondentes valores de mercado. Não tem sido prática da Agência operar com derivativos financeiros.

10. PLANO GERADOR DE BENEFÍCIOS LIVRES - PGBL

A Desenbahia é participante de Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL, constituído com a finalidade de garantir reservas financeiras complementares às reservas da Previdência Social Oficial para seus colaboradores.

Esse Plano é constituído pela acumulação de recursos financeiros obtidos por meio de contribuições efetuadas pela Desenbahia e pelos participantes inscritos de acordo com parâmetros de elegibilidade estabelecida no regulamento básico do plano.

As contribuições da Desenbahia são limitadas a 12% do total da folha de pagamento de pessoal em cada ano e deverão ser integralizadas a partir do mês de janeiro de 2000, obedecendo aos seguintes limites:

- a. de janeiro de 2000 até dezembro de 2004: até 12% da remuneração do participante.
- b. de janeiro de 2005 até dezembro de 2009: até 10% da remuneração do participante.
- c. a partir de janeiro de 2010: até 8% da remuneração do participante.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, as contribuições da Desenbahia para este plano totalizaram o montante de R\$1.004 mil (R\$956 mil em 2005)

Remuneração dos administradores

A remuneração da diretoria e do conselho de administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2006 totalizou o montante de R\$817 mil (R\$852 mil em 2005).

11. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2006, a Agência possuía apólice de seguro contra incêndio, raio, explosão e danos materiais em geral, para os bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 13.952 mil considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

É política da Agência solicitar aos mutuários que contratem cobertura de seguros para os bens que são oferecidos em garantia de operações de créditos.

12. ACORDO DA BASILÉIA

A Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994 do Banco Central do Brasil estabeleceu, a partir de 1º de janeiro de 1995, a obrigatoriedade de manutenção pelas instituições financeiras de valor de patrimônio líquido ajustado com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2006, o total dos ativos ponderados pelo risco, no qual incluem-se as coobrigações e os riscos em garantias prestadas em relação ao patrimônio líquido, apresentou os seguintes índices, conforme demonstramos a seguir:

	2006		2005	
	Saldo	Risco	Saldo	Risco
Risco nulo - 0%	84.595	-	124.397	-
Risco reduzido - 20%	11.308	2.262	690	138
Risco reduzido - 50%	232.369	116.185	176.779	88.390
Risco normal - 100%	181.141	181.141	216.677	216.677
Ativo ponderado pelo risco	509.413	299.588	518.543	305.205
Patrimônio líquido exigido		<u>89.876</u>		<u>91.561</u>
Patrimônio líquido ajustado		<u>305.989</u>		<u>236.126</u>
Índice da Basileia (% s/PLE)		<u>29,37%</u>		<u>38,77%</u>

		31/12/2006
A)	Ativos sujeitos à ponderação de risco	509.413
B)	Ativos ponderados pelo risco (APR)	299.587
C)	Exigência de patrimônio líquido S/ APR (11% p/as Inst. Fin. e 30% para Agência de Fomento)	89.876
	Exigência de patrimônio líquido sobre Swap	
	Exigência de patrimônio líquido sobre exposição da taxa de juros	1
D)	Patrimônio líquido exigido (PLE): "C"	89.877
E)	Patrimônio de referência (PR)	247.989
E1	Patrimônio líquido	305.989
E2	Destaque de Capital	(58.000)
F)	Razão entre patrimônio de referência e patrimônio líquido exigido: PLE/PR ("D/E")	0,36
G)	Excesso (insuficiência) de patrimônio líquido: PR - PLE ("E - D")	158.112
H)	Excesso (insuficiência) de alavancagem: (Exc. insufic. de patrim. líquido x 100) 30	527.040
I)	Coefficiente de adequação do patrimônio líquido (limite mínimo:30%)	82,78%
J)	Razão entre o Patrim. Referência e Pat.Liq.Exigido: PR/PLE(limite mínimo 1,0)	<u>2,76</u>

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Agência possui o montante de R\$1.793, mantido em conta de poupança, na Caixa Econômica Federal, referente a recursos oriundos do extinto Sistema Financeiro de Saneamento. Tais recursos estão registrados, contabilmente, em conta de compensação, em função de sua indisponibilidade.

* * *